



Edital de Pesquisa
Anos Finais do Ensino Fundamental
Adolescências, Qualidade e Equidade na Escola Pública

 **Fundação**
Carlos Chagas

 **Itaú Social**

SUMÁRIO EXECUTIVO

“A Convivência como Valor nas Escolas Públicas: implantação de um Sistema de Apoio entre Iguais”

Luciene Regina Paulino Tognetta (coordenação)

Maria de Fátima Barbosa Abdalla (supervisão)

“A única arma para melhorar o planeta é a Educação com ética. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”.

Nelson Mandela

A escola sempre foi, por excelência, um espaço de aprendizagem da convivência entre as pessoas, onde se manifestam as indisciplinas, as transgressões às regras e diferentes formas de violência que reverberam a urgência de considerarmos a temática da convivência como foco de investigações que orientem a formulação de documentos e leis, apontando metodologias e ações eficazes para a prevenção de tais problemas, sobretudo, daqueles que permanecem escondidos nas relações entre pares. Esses, embora menos frequentes em comparação com os demais, são mais difíceis de resolver e mais cruéis para quem os vivencia: as intimidações sistemáticas características do bullying e sua extensão em ambientes virtuais, o cyberbullying. Ao mesmo tempo, a escola configura-se como um espaço de formação e de preservação das conquistas humanas construídas historicamente. Portanto, educar meninos e meninas para que a convivência, dentro e fora da escola, tenha uma qualidade – ética – é sua função primordial. Como equacionar as exigências trazidas pela complexidade do extenso período de afastamento do contexto presencial da escola com a urgente necessidade de prevenção às violências e a aprendizagem de uma convivência positiva nos anos finais do Ensino Fundamental?

Para responder a esse problema de pesquisa foram propostos diferentes objetivos, que, em função da pandemia, também sofreram ajustes: 1. Organizar espaços de formação de gestores e docentes para que tenham condições de conhecer os passos para a construção de um programa de convivência, à luz dos pressupostos teóricos da epistemologia genética piagetiana e dos estudos da Psicologia Moral que dela advêm; 2. Organizar ações e materiais de apoio capazes de promover oportunidades de desenvolvimento da empatia e da pró-sociabilidade entre os estudantes; 3. Conhecer os atuais problemas de convivência vivenciados e percebidos pelos atores da escola; 4. Promover a integração da escola com os demais órgãos integrantes da rede protetiva, visando potencializar as ações de prevenção e de intervenção aos problemas que afetam a convivência e a saúde emocional de crianças e adolescentes; 5. Orientar a implementação de procedimentos de intervenção e prevenção aos problemas de convivência.



Ações desenvolvidas

1. *Atuação formativa:* As ações de formação de professores e a implementação das propostas deste programa foram distribuídas em quatro grandes bases: Base 1 – Os pressupostos teóricos para a formação de personalidades éticas; Base 2 – A participação democrática – o funcionamento das assembleias entre alunos; Base 3 – As câmaras de mediação – conjunto de procedimentos de intervenção nos problemas de convivência na escola; Base 4 – O protagonismo juvenil – as Equipes de Ajuda. Para cada base foi organizado um conjunto de ações que previa o processo de formação e o escalonamento da proposta, que seria acompanhada pelos pesquisadores em três níveis de escala: a formação junto aos gestores regionais, que, por sua vez, replicariam a proposta aos vice-diretores, e estes, a seus professores, finalmente organizando ações com os alunos. A primeira fase de cada base foi chamada de Seminário Formativo. Em decorrência da pandemia e das mudanças estruturais realizadas no Conviva (órgão da secretaria de Educação de São Paulo responsável pelas questões de proteção escolar e convivência) a segunda e a terceira base foram estruturadas com encontros temáticos para estudo e reflexão com docentes, gestores e a rede de proteção escolar sobre os procedimentos e ações presentes em cada base, mas sem acompanhamento e replicação.
2. *Organização de materiais de apoio:* Com a pandemia da Covid-19 e o isolamento social imposto por ela tornou-se, portanto, impossível a implementação das Equipes de Ajuda nas escolas. Assim, diversos materiais de apoio aos professores foram criados e compartilhados em forma de vídeos, livros de literatura e atividades curriculares direcionadas a crianças, adolescentes e suas famílias. Organizou-se, como já era previsto, o passo a passo para a implementação de um Sistema de Apoio entre Iguais (Equipes de Ajuda). Pela impossibilidade de fazer chegar até as escolas a experiência da formação dos alunos e alunas nesses trabalhos de protagonismo, contamos com o apoio e a acolhida dos alunos e alunas de escolas particulares da rede de Equipes de Ajuda do Brasil que se organizaram para produzir material de apoio, oferecer escuta, acolher e incentivar os mais de 27.500 estudantes das escolas públicas das duas diretorias de ensino. Esses estudantes receberam o livro impresso “O que cabe em um abraço?”.
3. *Diagnósticos e avaliações:* O terceiro conjunto de ações organizadas no projeto refere-se aos instrumentos construídos, a princípio, como formas de avaliação da própria implementação das quatro bases do programa nas escolas. A primeira investigação realizada, ainda no contexto anterior à pandemia, foi o diagnóstico do clima relacional das escolas de São Paulo. Participaram um total de 945.481 estudantes, 16.648 membros de equipes gestoras das escolas e 64.984 docentes dos anos finais do Ensino Fundamental, que responderam a um questionário online sobre o clima relacional e a convivência na própria escola. A segunda investigação conduzida foi uma autoavaliação realizada com gestores, vice-diretores e profes-



sores sobre as temáticas trabalhadas no Primeiro Seminário Formativo, de modo a comparar as respostas nas três escalas. Participaram dessa investigação docentes e gestores de 45 diretorias de 2.914 escolas, sendo impactados, com as escalas organizadas, 2.229.659 estudantes e 96.417 professores, o que corresponde a 64% do total da rede. Contudo, com todas as mudanças que foram necessárias em decorrência da pandemia, organizou-se outro conjunto de investigações que buscaram: 1. A escuta de crianças e adolescentes sobre os possíveis problemas de sofrimento emocional vivenciados por elas durante o período de afastamento social; 2. A escuta de adolescentes sobre questões de cyberconvivência. Participaram dessas investigações um total de 1.049 crianças das Diretorias Leste 3 e Taquaritinga (respectivamente, 824 e 225 respondentes); 1.991 adolescentes, sendo 1.079 da DRE Leste 3 e 912 jovens da DRE Taquaritinga, em um total de 1.991 estudantes. 3. A percepção de educadores e de atores dos demais serviços que compõem a rede de proteção sobre os processos pelos quais se dá a articulação e a resolução dos problemas de convivência vivenciados por adolescentes nas escolas. Participaram dessa investigação 90 gestores, 193 professores e 29 atores da rede de proteção das duas diretorias de ensino – Taquaritinga e Leste 3.

Principais resultados

Em uma visão geral, na avaliação do clima relacional das escolas, os dados mostraram que os problemas de violência dura são menos presentes que aqueles relacionados às indisciplinas e transgressões às regras cotidianas. Também mostraram diferentes visões sobre o clima escolar: na visão dos alunos, em contraposição com a visão dos professores, há pouca participação dos discentes nas decisões da escola. Notou-se também a discrepância, nesse mesmo sentido, entre o que pensam gestores, professores e alunos, demonstrando que o grupo gestor apresenta menor grau de percepção dos problemas nas relações interpessoais nas escolas quando comparado aos demais grupos. Ao avaliarmos as respostas de gestores, vice-diretores e professores sobre como compreenderam os trabalhos sistematizados durante o seminário formativo, encontramos entre os respondentes uma mesma voz: essa é a temática intensamente desejada e necessitada por educadores das escolas públicas paulistas. Ao compararmos as respostas dos participantes nas diferentes escalas, encontramos uma discrepância já esperada em função da estrutura do trabalho, que impossibilita a dinâmica de construção do conhecimento pelo professor, visto a ausência de encontros institucionalizados de formação docente, de forma a garantir continuidade e intencionalidade para um tema de estudo. Aos professores, todas as dinâmicas e estudos trabalhados com gestores eram reduzidos ao tempo de uma ATPC, competindo, nesse curto período, com outras temáticas introduzidas pela Seduc. Outro fato é que quanto mais os trabalhos e materiais de formação eram reduzidos e compilados, menor era a compreensão e o processo de criação de procedimentos para intervenção e prevenção da violência, estimulando os professores a se tornarem meros tarefeiros para o cumprimento das demandas que chegam. Quando refletimos sobre os problemas de convivência durante o isolamento social, os



adolescentes participantes da investigação conduzida nos apontam que há problemas de cyberconvivência entre eles. Mostram também que boa parte das cyberagressões são cometidas por adolescentes que não têm computador nem celulares em sua casa. Isso nos mostra o quanto não é verdade que são os pais os responsáveis pelo controle de seus filhos em seus relacionamentos virtuais, e que a aprendizagem dessa convivência é uma tarefa cada vez maior das instituições que educam. Os resultados de nossas investigações sobre o sofrimento emocional vivido entre os alunos indicam-nos que, para além da saúde física, nossos adolescentes experimentaram, diante do inesperado, sentimentos de medo, de tristeza e de nostalgia, expressos em sintomas de depressão, ansiedade, automutilações e ideias suicidas. Entre crianças, o que nos chama a atenção é que elas já têm experimentado esses mesmos sofrimentos, embora em menor proporção. Nossos dados também indicam a especial atenção ao fato de que elas têm participado de jogos de desafios online, colocando sua vida e a de outros em risco. Indicam também que, entre adolescentes, as meninas apresentam maior escore de sofrimento emocional. Encontramos também que pretos e pardos, tanto entre adolescentes como entre crianças, são aqueles que mais têm demonstrado tais problemas. Quanto à pesquisa com a rede de proteção: os dados nos mostram que professores e gestores desconhecem o trabalho e a organização do sistema de proteção a crianças e adolescentes e os demais setores da rede percebem que os encaminhamentos realizados pela escola aos problemas de convivência acontecem de forma a terceirizar a prevenção e a intervenção necessárias.

Recomendações geradas no desenvolvimento da pesquisa

Ações voltadas às escolas: 1. As pesquisas nos mostram que as pessoas sujeitas ao impacto de uma crise precisarão se reconstruir e a escola será – não apenas nas primeiras semanas de retorno às aulas – a grande responsável pela acolhida, desempenhando um trabalho contínuo e permanente de proteção, cuidado e bem-estar de seus alunos e alunas. 2. Conhecer como aqueles que convivem na escola percebem suas relações, o que vivem e sentem em determinado período deve ser condição para qualquer trabalho que proponha a melhoria do clima e da própria convivência escolar. 3. Transformar o que se conhece só é possível quando se estabelece um plano contínuo de ações planejadas, estruturadas e intencionais. É condição inserir a temática da convivência no currículo escolar.

Ações e/ou políticas voltadas às instâncias educacionais (gestão pública): 1. Integrar, conhecer e estabelecer pactos de atuação conjunta da escola e o restante da rede de proteção é necessidade. 2. Promover a escuta do que pensam e vivem os profissionais de ensino para a construção de políticas de formação docente; implementar espaços de contínua reflexão e estudo sobre as temáticas da convivência na formação docente é fundamental e urgente.

Temas emergentes para agenda dos Anos Finais do Ensino Fundamental. 1. Reorganizar o currículo educacional tendo em vista a urgente intervenção aos problemas de sofrimento emocional que assolam nossas crianças e jovens. 2. O tema da convivência digital não é mais escolha; o trabalho com



Edital de Pesquisa
Anos Finais do Ensino Fundamental
Adolescências, Qualidade e Equidade na Escola Pública



as questões de cyberconvivência é condição nas escolas. 3. Implementar propostas que permitam a participação efetiva de quem mais conhece os desejos e necessidades da juventude – os próprios jovens – em Sistemas de Apoio entre Iguais.

Resta-nos a certeza de que o enfrentamento aos problemas de convivência na escola ou fora dela e a busca pelo desenvolvimento de pessoas capazes de prover o bem-estar e o respeito a si e ao outro são necessidades atuais e condição para a sobrevivência da humanidade.

NÃO DIVULGAR